

**UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL -
REGIÃO DO RIO DE JANEIRO**

Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial

Demonstração dos Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Social

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores da

União dos Escoteiros do Brasil - Região do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro – RJ

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **União dos Escoteiros do Brasil - Região do Rio de Janeiro** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e das mutações do patrimônio social exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **União dos Escoteiros do Brasil - Região do Rio de Janeiro** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

1ª - APARELHOS TELEFONICOS

Não há controle individual dos bens “APARELHOS TELEFÔNICOS” que compõem o ativo imobilizado da UEB-RJ. Este item é representado pelo valor de aquisição de R\$ 30.815,07 (trinta mil, oitocentos e quinze reais) com depreciação acumulada de R\$ 22.871,25 (vinte e dois mil, oitocentos e setenta e um reais) tendo sido reconhecido no resultado da Entidade, despesas de depreciação no montante de R\$ 4.365,45 (quatro mil trezentos e sessenta e cinco reais).

RECOMENDAMOS: A verificação da existência do(s) item e se for o caso a aplicação da NBC TG 01 – Teste de Recuperabilidade de Ativos.

2ª - OUTRAS RECEITAS – R\$ 745.026,92

Receitas de Aluguéis - R\$ 451.208,62

Repasse Maracanã – R\$ 274.223,48

Recuperação de despesas – R\$ 19.594,82

Art. 182. A imunidade de que trata esta Seção:

I - é restrita aos resultados relacionados com as finalidades essenciais das entidades nela mencionadas ([Constituição, art. 150, caput, inciso II, e § 4º, art. 170, caput, inciso IV, e art. 173, § 4º](#); e [Lei nº 5.172, de 1966 - Código Tributário Nacional, art. 9º, § 2º](#));

Decreto nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda)

RECOMENDAMOS: Diante da relevância das receitas sejam procedidas as seguintes providências e alterações:

- Receitas de aluguéis – Fundamentação tributária que as conceitue no rol das imunidades e isenções;
- Repasse Maracanã – Reclassificação contábil para o grupo de Receitas Operacionais;
- Recuperação de despesas – Que a contabilização seja realizada a crédito da despesa que deu origem ao desembolso.

3ª – CONTAS CORRENTES MATRIZ/FILIAIS – R\$ 351.522,28

Conta contábil (Código Resumido – 10.262-5) UEB Região RJ p/Matriz – Apresentou crescimento ao longo de 2020 no valor de R\$ 52.917,41 (cinquenta e dois mil, novecentos e dezessete reais).

Esta conta apresentou no exercício anterior saldo de R\$ 298.604,87 que acrescido da movimentação do exercício de 2020 totaliza o saldo de R\$ 351.522,28.

RECOMENDAMOS: Averiguar se os valores que ora estão representados como direito de recebimento efetivamente retornarão à Entidade. Caso sejam pagamentos terminativos (Definitivos), o saldo deverá ser reconhecido a crédito da conta de Superávit de acordo com sua competência.

4ª – DEPÓSITOS JUDICIAIS – R\$ 168.682,39

Conta contábil (Código Resumido – 21.072-6) DEPÓSITO JUDICIAL.

Apresenta-se sem movimento no exercício.

RECOMENDAMOS: Averiguar a que se refere o valor visto que o mesmo representa em termos contábeis obrigação de pagamento vencível até o encerramento do exercício seguinte.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

A auditoria das demonstrações contábeis, visam obter segurança razoável de que as mesmas estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo opinião baseada nos fatos auditados. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuros podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2021

AGM CONTADORES ASSOCIADOS LTDA
CRC-RJ 0039150

Alberto Antônio Gonçalves
Contador - CRC-RJ 047.720/O-6

UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL – REGIÃO DO RIO DE JANEIRO

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2020

(Em reais)

1 - Contexto Operacional

A União dos Escoteiros do Brasil – Região do Rio de Janeiro foi fundada em 05/11/1975, sendo subordinada ao Escritório Nacional, com Sede em Curitiba, fundada no Brasil em 04 de Novembro de 1924, é uma Sociedade Civil por tempo indeterminado, com personalidade jurídica e patrimônio próprio. É reconhecida de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 3.297, de 11/07/1917, reiterada pelo Decreto nº 5.497, de 23/07/1928, como Instituição de Educação Extra-Escolar e Órgão Máximo do Escotismo Brasileiro pelo Decreto-Lei nº 8.828, de 24/01/1946, e de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 7.014, de 17/01/91. Também reconhecida de utilidade pública Municipal por diversos municípios.

Registrada no Cadastro de Entidades com Fins Filantrópicos (CFC/CEFF) e no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), e tem como objetivo permanente a assistência social através de beneficência, sem qualquer discriminação, inclusive de raça, nacionalidade, credo religioso ou ideologia política e o auxílio mútuo e o desenvolvimento cultural e social dos seus associados.

Imunidade Tributária

A UEB, na condição de *Instituição de Educação Extra-Escolar* sem fins lucrativos, goza da imunidade de tributos e contribuições sociais no que se refere ao seu patrimônio, renda e serviços para o desenvolvimento de seus objetivos, de acordo com os artigos 150 e 195 da Constituição Federal, respectivamente.

Isenção Tributária

A UEB, por deter Certificado de Entidade Filantrópica e de Utilidade Pública, está isenta do pagamento das contribuições previdenciárias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) – Cota Patronal, bem como das demais contribuições, com finalidades sociais, incidentes sobre seu Superávit ou faturamento.

Isenção Tributária - Exceção

As receitas estranhas ao objeto social fogem ao conceito de Isenção, conforme regulamentação do Regulamento do PIS/PASEP e COFINS publicado através da Instrução Normativa RFB nº 1.911 de 11 de outubro de 2019 publicada no DOU em 15 de outubro de 2019, seção1, página 27.

**UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL –
REGIÃO DO RIO DE JANEIRO**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em reais)

2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

A UEB adota o regime de competência, onde as despesas e os custos são atribuídos aos períodos em que ocorrem os fatos.

3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

a. Receitas

As receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e foram compostas conforme Quadro a seguir:

RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
1. Vendas de mercadorias	3.163,55	
2. Cursos	22.090,50	
3. Atividades e eventos	54.937,06	
Total (1+2+3)		80.191,11
RECEITAS ASSOCIATIVAS OPERACIONAIS		
4. Associados	89.176,95	
5. Trabalho voluntário	28.544,85	
Total (4+5)		117.721,80
RECEITAS OPERACIONAIS		
6. Financeiras	8.512,82	
7. Outras receitas operacionais	745.026,92	
Total		753.539,74
Total das receitas		951.452,65

Item 7 – Outras Receitas Operacionais.

O valor é composto dos seguintes saldos: (R\$)

- 7.1 – Receitas de aluguéis – 451.208,62
- 7.2 – Recuperação de despesas – 19.594,82
- 7.3 – Repasse Maracanã – 274.223,48

b. Estoques

Os estoques estão avaliados pelo último custo de aquisição, que não excede o valor de mercado, sendo efetuado um ajuste no momento da elaboração do Balanço.

c. Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo original de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas.

d. Fornecedores de Mercadorias

Registra valores a pagar em até 60 dias aos Fornecedores de Mercadorias para Loja.

e. Encargos Sociais e Impostos e Contribuições a Recolher

Registra valores de impostos e contribuições retidos de terceiros, referentes à prestação de serviços, bem como os encargos incidentes sobre a folha de pagamento.

**UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL –
REGIÃO DO RIO DE JANEIRO**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em reais)

4– Bancos - Contas Correntes

	2020	2019
Banco Itaú	10,00	10,00
Banco do Brasil	5.833,46	886,26
CEF	-	130,41
Banco Santander – c/c 13-000585	<u>12.691,32</u>	<u>97.294,27</u>
	18.534,78	98.320,94

5– Bancos – Aplicações Financeiras

	2020	2019
Banco Itaú - CDB	228,53	699,74
Banco Itaú – Aplic Auto Mais	342,63	3.756,87
Caixa Econômica Federal	14.786,04	75.210,62
Banco Santander – Poupança	<u>46.697,88</u>	<u>45.889,40</u>
	62.055,08	125.556,63

Bco.Santander – Aplic. Financeira. 304.009,18 -

6– Ativo Não Circulante Imobilizado

Ativo Imobilizado	2020	2019
Imóveis	502.881,50	502.881,50
Máquinas e equipamentos	87.784,72	69.264,08
Móveis e utensílios	49.040,46	49.040,46
Computadores e periféricos	74.713,55	74.713,55
Instalações	29.538,46	29.538,46
Direito de Uso de Software	1.000,00	1.000,00
Veículos aquáticos	33.883,03	33.883,03
Veículos	0,00	30.000,00
Vagas de garagem	7.500,00	7.500,00
Aparelhos telefônicos	30.815,07	30.815,07
(-) Depreciações acumuladas	-520.523,76	-462.998,30
Total	296.633,03	365.637,85

6.1 - Os valores contabilizados no Ativo Não Circulante Imobilizado representam os investimentos em Bens Tangíveis utilizados nas atividades da UEB-RJ extraídos do Balanço objeto da presente auditoria. Com base no Mapa de Ativo Imobilizado da Entidade, constatamos que o item Aparelhos Telefônicos apresenta valor contábil (residual) de R\$ 7.943,82 (sete mil novecentos e quarenta e três reais).

De acordo com a Lei nº 11.638/2007, os itens até então contabilizados no Ativo Diferido deveriam ser baixados ou reconhecidos em resultado através da vida útil restante.

As taxas de depreciação dos bens do ativo imobilizado, estão descritas na Instrução Normativa nº 1.700/2017 onde o item em questão tem vida útil de 5 anos não cabendo a depreciação.

BALANÇO PATRIMONIAL		
ATIVO	2020	2019
Circulante	399.973,73	255.464,28
Disponível	387.710,66	229.008,25
Caixa	3.111,62	5.130,68
Bancos	33.891,98	98.320,94
Poupança	46.697,88	45.889,40
Aplicações financeiras	304.009,18	79.667,23
Direitos realizáveis	12.263,07	26.456,03
Ativo não circulante	825.497,35	796.305,44
Depósitos judiciais	177.342,04	177.342,04
Contas correntes filiais	351.522,28	298.604,87
Imobilizado	296.633,03	320.358,53
Bens imóveis	510.381,50	510.381,50
Computadores e periféricos	74.713,55	74.713,55
Máquinas e equipamentos	87.784,72	69.264,08
Móveis e utensílios	49.040,46	49.040,46
Direito de uso de software	1.000,00	1.000,00
Veículos aquáticos	33.883,03	33.883,03
Instalações	29.538,46	29.538,46
Aparelhos telefônicos	30.815,07	30.815,07
(-) Depreciações acumuladas	-520.523,76	-478.277,62
TOTAL DO ATIVO	1.225.471,08	1.051.769,72

PASSIVO	2020	2019
Circulante	188.784,17	181.848,33
Fornecedores	4.476,65	0,00
Obrigações fiscais	3.018,70	2.479,14
Obrigações sociais	12.606,43	6.155,69
Depósitos judiciais	168.682,39	168.682,39
Outras contas a pagar	0,00	4.531,11
Patrimônio social	1.036.686,91	869.921,39
Patrimônio social	869.921,39	856.139,51
Ajustes de exercícios anteriores	0,00	-100.068,96
Superavit do exercício	166.765,52	113.850,84
TOTAL DO PASSIVO	1.225.471,08	1.051.769,72

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

RECEITA BRUTA OPERACIONAL		80.191,11
Venda de mercadorias	3.163,55	
Cursos	22.090,50	
Atividades e eventos	54.937,06	
RECEITAS ASSOCIATIVAS OPERACIONAIS		117.721,80
Associados	89.176,95	
Devolução - atividades de eventos	28.544,85	
DEDUÇÕES		-29.694,96
Devoluções de cursos	-11.625,00	
Devolução - atividades e eventos	-18.069,96	
DESPESAS OPERACIONAIS		-742.324,86
Trabalhistas e encargos sociais	-423.433,77	
Administrativas	-226.165,58	
Atividades e eventos	-17.720,16	
Cursos	-4.214,36	
Gerais	-42.246,14	
Trabalho voluntário	-28.544,85	
RESULTADO FINANCEIRO		-3.351,49
Receitas financeiras	8.512,82	
Despesas financeiras	-11.864,31	
OUTRAS RECEITAS		745.026,92
Aluguéis	451.208,62	
Recuperação de despesas	19.594,82	
Repasse Maracanã	274.223,48	
OUTRAS DESPESAS		-803,00
Outras despesas	-803,00	
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		166.765,52

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuros podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2021

AGM CONTADORES ASSOCIADOS LTDA
CRC-RJ 0039150


Alberto Antônio Gonçalves
Contador - CRC-RJ 047.720/O-6